

**CÂMARA DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS RELATIVAS A NOMES DE DOMÍNIO
(CASD-ND)**

LOJAS RENNER S.A. X R. C. B.

PROCEDIMENTO Nº ND202561

DECISÃO DE MÉRITO

I. RELATÓRIO

1. Das Partes

***LOJAS RENNER S.A.**, CNPJ 92.754.738/0001-62/CNPJ, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, representada por seu advogado, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, é a Reclamante do presente Procedimento Especial a “**Reclamante**”.*

***R. C. B.**, CPF nº ***.105.838-**, é o Reclamado do presente Procedimento Especial o “**Reclamado**”.*

2. Do Nome de Domínio

O nome de domínio em disputa é <lojarenner.com.br> o “**Nome de Domínio**”.

O Nome de Domínio foi registrado em 17 de junho de 2020 junto ao Registro.br.

3. Das Ocorrências no Procedimento Especial

Em 16 de outubro de 2025, a Secretaria Executiva da CASD-ND enviou comunicado à Reclamante confirmando o recebimento da Reclamação, bem como informando do subsequente exame dos requisitos formais da Reclamação.

Em 16 de outubro de 2025, a Secretaria Executiva, sob a égide do artigo 7.2 de seu Regulamento, enviou solicitação ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (**NIC.br**) requerendo as informações cadastrais acerca do nome de domínio <lojarenner.com.br>, incluindo anotações acerca de eventual divergência entre o nome e

número do documento do titular (CPF/CNPJ), constante do cadastro do nome de domínio objeto da presente Reclamação, ou ainda atualização cadastral promovida pelo titular.

Em 17 de outubro de 2025, o NIC.br respondeu à solicitação da Secretaria Executiva repassando os dados cadastrais do nome de domínio <lojarenner.com.br>. Ainda neste ato, informou que em atenção à abertura deste procedimento, o Nome de Domínio se encontra impedido de ser transferido a terceiros, e que o Regulamento do Sistema Administrativo de Resolução de Conflitos de Internet relativo a Nomes de Domínios sob “.br” (**SACI-Adm**) se aplica ao Nome de Domínio sob disputa.

Em 21 de outubro de 2025, a Secretaria Executiva intimou a Reclamante, em conformidade com o disposto nos artigos 6.2 a 6.4 do Regulamento da CASD-ND, a corrigir irregularidades formais identificadas na Reclamação.

Em 22 de outubro de 2025, a Secretaria Executiva comunicou a Reclamante o saneamento da Reclamação, ressaltando que cabe ao Especialista a ser nomeado a análise de mérito, inclusive dos requisitos formais e documentação apresentada.

Em 28 de outubro de 2025, a Secretaria Executiva, em consonância com os artigos 1º e 8º do Regulamento SACI-Adm e 8.1. do Regulamento CASD-ND, encaminhou comunicado ao NIC.br e intimação às Partes sobre o início do Procedimento e, no mesmo ato, intimou o Reclamado para apresentar sua Resposta, dando-lhe acesso à Reclamação e lhe concedendo o prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de revelia.

Em 13 de novembro de 2025, a Secretaria Executiva comunicou às Partes e ao NIC.br que o prazo para Resposta havia expirado sem que houvesse qualquer manifestação por parte do Reclamado, caracterizando, assim, sua revelia e as consequências nos termos dos Regulamentos da CASD-ND e do SACI-Adm.

Em 14 de novembro de 2025, o NIC.br comunicou que *“Após o comunicado de revelia, buscamos contato com o reclamado, sem sucesso. Diante disso, nos termos do artigo 15, § 2º, do Regulamento SACI-Adm, nesta data, procedemos com o congelamento (suspensão) do nome de domínio.”*

Em 24 de novembro de 2025, a Secretaria Executiva comunicou às Partes a nomeação do Especialista subscrito, o qual, de acordo com o artigo 9.3. do Regulamento CASD-ND, apresentou Declaração de Independência e Imparcialidade.

Em 02 de dezembro de 2025, após o transcurso *in albis* do prazo previsto no artigo 9.4 do Regulamento CASD-ND, a Secretaria Executiva transmitiu ao Especialista os autos deste

Procedimento Especial, para análise e julgamento nos termos do item 10 do Regulamento desta Câmara.

4. Das Alegações das Partes

a. Da Reclamante

A Reclamante atua há mais de 110 anos no mercado brasileiro, tendo sido fundada em 1912 por A. J. R., consolidando-se como uma das marcas mais tradicionais e reconhecidas do país. Atualmente, a empresa é a maior varejista de moda do Brasil e uma das principais da América Latina, operando com 672 lojas distribuídas entre Brasil, Argentina e Uruguai através da marca Renner.

Investindo em seu reconhecimento, consolidação e proteção marcária, a Reclamante depositou suas marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo assim titular e proprietária legítima das marcas “RENNER”, “R RENNER” e “R LOJAS RENNER”.

Este investimento estratégico em proteção marcária foi recentemente validado pelo próprio INPI, que em dezembro de 2024 reconheceu a marca “RENNER” como marca de alto renome, conferindo-lhe proteção especial em todos os segmentos de mercado, independentemente da área de atuação.

Ainda nesse contexto, a Reclamante informa que é titular do domínio <lojasrenner.com.br>, através do qual comercializa e divulga seus produtos de forma legítima e ininterrupta, constituindo a plataforma digital oficial da empresa.

Desta forma, apesar de possuir todos os direitos marcários sobre a marca de Alto Renome “RENNER”, a Reclamante se viu surpreendida ao perceber que o nome de domínio <lojarenner.com.br> havia sido registrado por terceiro sem qualquer vínculo com sua operação.

A Reclamante alega que ao digitar o endereço eletrônico <lojarenner.com.br>, o usuário é automaticamente redirecionado para a página <lojasrenner.lojaseofertas.com>, ambiente digital falso. A própria página eletrônica controlada pelo Reclamado utiliza elementos visuais e estilização que remetem diretamente à identidade, valendo-se de tons vermelhos característicos da marca Renner cores amplamente reconhecidas pelo público como associadas as marcas Renner; Alega que trata-se, pois, de típico caso de *typosquatting* e, inclusive, que o próprio Reclamado já figura como parte em diversos

procedimentos perante a CASD-ND, bem como em ações judiciais correlatas, todas elas versando sobre registro ou uso indevido e de má-fé de marcas alheias.

Por todo o exposto, de acordo com o Art. 4.2(g) do Regulamento da CASD-ND e do Art. 6º (f) do Regulamento do SACI-Adm, a Reclamante requer que o nome de domínio questionado seja transferido para a Reclamante.

b. Do Reclamado

O Reclamado não apresentou defesa, tampouco qualquer manifestação, mesmo diante do congelamento do Nome de Domínio, tendo sido declarada a sua revelia.

II. FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO

1. Fundamentação

O presente caso versa sobre o registro de nome de domínio (do Reclamado) que supostamente fere direitos marcários de terceiros (da Reclamante). Os requisitos formais da Reclamação foram atendidos, assim como as formalidades do procedimento. O Reclamado não apresentou resposta. Não houve necessidade de produção de novas provas, pois foram suficientes os documentos acostados e não contestados pelo Reclamado. Portanto, encerrada a instrução.

O Reclamado restou ciente de todas as alegações e documentos juntados pela Reclamante, mas manteve-se silente. Desta forma, deve ser considerada a Revelia do Reclamado por força do art. 8.4 do Regulamento CASD-ND c/c art. 15º, §2º, do Regulamento SACI-Adm.

Em que pese a Revelia não fundamentar a decisão por si só, ela indica a ausência de defesa do Reclamado contra a argumentação da parte Reclamante. Também indica o reconhecimento da regularidade dos documentos apresentados pela Reclamante - inclusive sobre a Notificação Extrajudicial. Portanto, o julgamento com base na documentação juntada pela Reclamante pode ser feito de forma segura, pelo que passo a analisar as alegações da Reclamação para apuração de sua verossimilhança.

a. Nome de Domínio idêntico ou suficientemente similar para criar confusão com um sinal distintivo anterior conforme previsto no art. 7º do Regulamento SACI-Adm e art. 2.1 do Regulamento CASD-ND.

A Reclamante é legítima titular e proprietária das marcas “RENNER” e “R LOJAS RENNER”, registradas junto ao INPI. Assim, verifica-se que o domínio registrado, com o nome “LOJA RENNER”, faz clara reprodução das marcas da Reclamante. Ademais, o nome de domínio também reproduz o nome empresarial da Reclamante, LOJAS RENNER S.A. Essa reprodução indevida amplia ainda mais o risco de confusão e caracteriza uso parasitário dos nomes protegidos.

O potencial de confusão é evidente, na medida em que o consumidor médio - inclusive o consumidor digital - ao se deparar com o domínio, naturalmente associará tal endereço eletrônico à Reclamante, presumindo tratar-se de seu canal oficial de vendas ou atendimento.

A possibilidade de confusão não é afastada pelo simples acesso ao site vinculado ao domínio em disputa - muito pelo contrário. Ao digitar o endereço eletrônico, o usuário é automaticamente redirecionado para a página que é um ambiente digital falso e sem qualquer vínculo com a Reclamante.

Ressalta-se, ainda, a existência de entendimento consolidado na jurisprudência da CASD-ND, prolatadas por Especialistas, reconhecendo a possibilidade de confusão pela reprodução ou imitação de marca de terceiro, como ocorrido, por exemplo, nos procedimentos: ND20123; ND20133; ND20134; ND201318; ND201319; ND201329; ND201331; ND20133; ND20142; ND20147; ND201411; ND2029; ND201530; ND201535; ND201537; ND20161; ND201612; ND201614; ND201616; ND201618; ND201627; ND201635; ND201642; ND201646; ND201648; ND20172; ND201821; ND20172; ND20179; ND201722; ND201733; ND201734; ND201756; ND201762; ND20176; ND201765; ND201821 e ND201826

Diante dessas considerações, o Especialista entende o questionado domínio como sendo suficientemente similar às MARCAS REGISTRADAS, nome de domínio e nomes empresariais anteriores da Reclamante, enquadrando-se nas situações descritas nas alíneas “a” e “c” do item 2.1 do Regulamento CASD-ND e no art. 7º, caput, alíneas “a” e “c” do Regulamento SACI-Adm.

b. Legítimo interesse da Reclamante com relação ao Nome de Domínio.

O art. 6º, “c” do Regulamento SACI-Adm e o art. 4.2., “d”, do Regulamento CASD-ND preveem que a Reclamante deve demonstrar:

"a exposição das razões de fato e de direito devidamente fundamentadas, bem como o legítimo interesse do Reclamante em relação ao(s) nome(s) de domínio objeto da disputa (...), devendo desde logo apresentar todos os argumentos e documentos que o comprovem;"

A Reclamante expôs suas razões de fato e direito, na forma dos Regulamentos SACI-Adm e CASD-ND, e juntou documentação contendo registros no Registro.br do nome de domínio a que fez referência; screenshots do website abrigado no Nome de Domínio em disputa e decisões pretéritas da CASD-ND em que o Reclamado teve sua má-fé reconhecida.

Portanto, conclui-se que a Reclamante possui legítimo interesse quanto ao Nome de Domínio em disputa.

c. Direitos ou interesses legítimos do Reclamado com relação ao Nome de Domínio.

O Regulamento SACI-Adm prevê que o Reclamado poderá trazer, em sua defesa, elementos que apontem “todos os motivos pelos quais possui direitos e legítimos interesses sobre o nome do domínio em disputa”, na forma do art. 12º, b, do Regulamento SACI-Adm.

O Nome de Domínio sob disputa foi registrado pelo Reclamado em 17/06/2020, admitindo a aplicação do art. 2.3 do Regulamento CASD-ND. Embora tenha sido assegurado ao Reclamado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos dos artigos 8º e 12º do Regulamento SACI-Adm e arts. 7.1, 8.1 e 8.2 do Regulamento CASD-ND, este não apresentou defesa e não se desincumbiu do ônus de prova.

Logo, em conformidade com o estabelecido no art. 12º (b) do Regulamento SACI-Adm, diante da falta de provas que coadunem em sentido contrário e o próprio conteúdo do nome de domínio de titularidade do Reclamado, forçoso concluir que o Reclamado não reúne direitos e/ou legítimo interesse sobre o nome de domínio em disputa.

d. Nome de Domínio registrado ou sendo utilizado de má-fé, conforme previsto no art. 7º, parágrafo único, do Regulamento SACI-Adm e art. 2.2 do Regulamento CASD-ND.

O registro ou uso de nome de domínio é considerado de má-fé quando for demonstrado que o Reclamado o registrou com a intenção de, entre outros, obter vantagem indevida,

impedir o uso do domínio pelo titular de marca, desviar consumidores ou enfraquecer marca de terceiro. Na presente hipótese, estão plenamente caracterizados diversos desses elementos objetivos de má-fé, tanto no momento do registro quanto no uso contínuo do domínio <lojarenner.com.br> pelo Reclamado.

Primeiramente, o Reclamado não detém qualquer vínculo com a Reclamante, tampouco possui autorização para utilizar a marca “RENNER”, seu nome empresarial ou qualquer variação que possa sugerir associação com a empresa.

A escolha da expressão "lojarenner" para o domínio demonstra intenção deliberada de se apropriar de sinal distintivo amplamente conhecido, especialmente quando se trata de marca com alto renome reconhecido pelo INPI - o que afasta qualquer alegação de desconhecimento ou coincidência.

A má-fé do Reclamado não se limita ao ato do registro, mas se evidencia, com ainda mais clareza, no uso do domínio, que hospeda página com elementos visuais e estratégicos diretamente inspirados na identidade da Reclamante, conforme demonstrado anteriormente. Tais escolhas não são acidentais, mas cuidadosamente estruturadas para induzir o público a acreditar tratar-se de ambiente digital legítimo e institucional da Reclamante.

Trata-se, pois, de típico caso de *typosquatting*, onde o domínio não apenas reproduz a marca e o nome empresarial da Reclamante, como também se vale de elementos visuais e setoriais idênticos, aptos a desviar tráfego, causar confusão e induzir consumidores em erro. Nesse sentido é o precedente de decisão da CASD-ND:

Conforme exposto pela Reclamante e confirmado por este Especialista, dada a similitude entre o nome de domínio em disputa e o nome de domínio e as marcas registradas pela Reclamante, é possível afirmar que há a prática de *typosquatting*, ou seja, o registro de nomes de domínio semelhantes às marcas consagradas, mas com pequenos erros tipográficos, objetivando que os consumidores digitem por equívoco o nome de seus sítios eletrônicos, aproveitando-se, indevidamente, do fluxo de usuários.

[...] Em outras palavras, é evidente a má-fé do Reclamado, que registrou domínio semelhante à marca SKYSCANNER, com mínimo erro tipográfico, redirecionando os consumidores a sítio eletrônico que comercializa serviço semelhante ao da Reclamante,

buscando, assim, o desvio ilícito da clientela da Reclamante.

Procedimento nº ND-202021, SKYSCANNER LTD v. G. H. D. C. C., Data: 30/06/2020, Especialista: Jacques Labrunie.

Essa conduta não apenas viola o direito marcário e empresarial da Reclamante, mas representa ameaça à sua reputação, causa prejuízo direto ao seu fundo de comércio e compromete a confiança de seus consumidores no ambiente digital. É manifesta, portanto, a intenção do Reclamado de obter vantagem indevida, à custa da reputação da Reclamante, em violação aos princípios da boa-fé e da função social da propriedade digital.

Cumprе destacar que o próprio Reclamado já figura como parte em diversos procedimentos perante a CASD-ND, bem como em ações judiciais correlatas, todas elas versando sobre registro ou uso indevido - e de má-fé - de marcas alheias.

Em tais casos, constatou-se que ele registrou domínios contendo sinais idênticos ou similares a marcas famosas como BMW, SANTANDER, TELEFÔNICA, AREZZO, entre outras, promovendo condutas de desserviço à titularidade marcária alheia. Foram encontradas, ao todo, 17 decisões da CASD-ND em desfavor do Reclamado.

Essa recorrência evidencia que o Reclamado adota como prática deliberada a escolha de domínios infratores, visando especular sobre marcas vigentes e lucrar com a confusão ou a venda do domínio.

Esse histórico de litígios e infrações reforça a presunção de que o registro e o uso do domínio <lojarenner.com.br> não são ao acaso, mas sim mais uma expressão da sistemática atuação abusiva do Reclamado em prejudicar titulares de marcas consolidadas, por meio de apropriação indevida de nome de domínio. A existência de precedentes envolvendo o Reclamado - especialmente em casos similares - é elemento de convicção para a caracterização da má-fé.

Nesse sentido são os precedentes decisórios da CASD-ND, envolvendo o próprio Reclamado:

[...] Ademais, esta Especialista entende que constitui prova de má-fé por parte do Reclamado o fato deste ter registrado, sob o seu nome, 431 nomes de domínio contendo marcas registradas de terceiros (ou marca semelhantes caracterizadas por typosquatting), com a

clara intenção de que o usuário seja redirecionado para o site de seu interesse.

Procedimento nº ND202526, Data: 30/06/2025,
Especialista: Maria Elisa Santucci Breves.

Por fim, ainda que a Reclamante já utilize de forma legítima e ininterrupta seu domínio oficial <lojasrenner.com.br>, o registro indevido de endereço quase idêntico por terceiro - <lojarenner.com.br> - causa sérios prejuízos à sua presença digital, ao desviar tráfego destinado ao site legítimo e gerar confusão no consumidor quanto à autenticidade das páginas acessadas. Tal conduta compromete a segurança da experiência do usuário, além de afetar a reputação e a confiabilidade da Reclamante em ambiente online, configurando forma inequívoca de concorrência desleal e má-fé.

Diante desse contexto, restam plenamente satisfeitos os requisitos previstos no Regulamento do SACI-Adm e no Regulamento da CASD-ND, sendo inegável que o domínio foi registrado e está sendo utilizado de má-fé, com propósito de causar prejuízos à Reclamante, desviar clientela, diluir sua marca e obter ganhos ilícitos.

2. Conclusão

Em face do todo acima exposto, conclui-se que o Nome de Domínio é idêntico à marca e nome de domínio de titularidade anterior da Reclamante, detentor de legítimo interesse para seu uso exclusivo, e que o registro e uso pelo Reclamado do Nome de Domínio em disputa caracteriza má-fé, nos termos da regulamentação aplicável. Portanto, deve ser garantida à Reclamante a transferência de titularidade do Nome de Domínio em disputa.

III. DISPOSITIVO

Pelas razões acima expostas e de acordo com os Artigo 7º, caput, alíneas (a) e (c), e parágrafo único, alínea (d), do Regulamento do SACI-Adm e do Artigo 2.1, alíneas (a) e (c), e do Artigo 2.2, alínea (d) do Regulamento da CASD-ND, este Especialista acolhe a presente Reclamação e determina que o Nome de Domínio em disputa seja **TRANSFERIDO** para a Reclamante.

O Especialista solicita ao Secretário Executivo da CASD-ND que comunique às Partes, seus respectivos Procuradores e ao NIC.br o inteiro teor da presente Decisão de Mérito, nos termos do presente Regulamento da CASD-ND, encerrando-se, assim, este Procedimento Especial.

São Paulo, 17 de dezembro de 2025



José Pio Tamassia Santos
Especialista